

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**

(Do Sr. Patrus Ananias - PT/MG)

Solicita informações ao Exmo. Sr.  
Raul Jungmann, Ministro da Defesa  
referente a Base de Alcântara.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, com base no artigo 50, da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, seja solicitado informações ao Exmo. Sr. Ministro da Defesa, referente a Base de Alcântara.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Os diversos meios de comunicação apresentam matérias sobre a retomada de lançamentos da Base de Alcântara e o os possíveis contratos que o Governo Brasileiro estaria assinando para a utilização da Base com outros Países. Também há informação que para a retomada dos trabalhos da Base, seria necessária ampliação da mesma o que poderá levar o deslocamento de famílias quilombolas que residem há muito tempo nesta área. No dia 13 de julho de 2017, o site de notícias G1 publicou a seguinte matéria:

#### **MPF/MA investigará suposto acordo sobre a ampliação do centro de lançamento**

As comunidades não foram ouvidas sobre a possibilidade de expansão da base aeroespacial do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), afirmaram lideranças quilombolas em reunião com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara (STTR), do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe), vereadores do município e representantes do Ministério Público Federal (MPF/MA). O encontro aconteceu na última sexta-feira (7) e tratou sobre suposto acordo entre Brasil e Estados Unidos que levaria à ampliação da área do Centro de Lançamento.

Foi apontado na reunião que o ministro da Defesa, Raul Jungmann, esteve no município em maio deste ano, onde teria tratado do projeto expansionista no local.

“É de conhecimento dos representantes que os EUA cogitam utilizar uma área de aproximadamente 12.000 ha, na área litorânea do município, em evidente prejuízo às atividades de pesca e ao direito de acesso ao mar das comunidades afetadas. Além disso, a expansão da área traria notáveis prejuízos ao trânsito de pessoas e às áreas de roçado na região”, disse o procurador da República Hilton Araújo de Melo.

Também foi denunciado que as condicionantes estabelecidas ao tempo da instalação da base nunca foram cumpridas, especialmente no que diz respeito ao pagamento das indenizações. Algumas das lideranças presentes afirmaram, ainda, que o empreendimento não possui licenciamento ambiental. Na oportunidade, foi pedido celeridade na conclusão do processo administrativo de titulação da área aos quilombolas, que está parado na câmara de conciliação e arbitragem federal, na Advocacia-Geral da União.

A partir disso, o MPF/MA vai requisitar informações junto ao Ministério da Defesa, à Agência Espacial Brasileira e à Diretoria do CLA sobre o suposto acordo que prevê a expansão da base aérea de Alcântara e pedirá vista da ação civil pública que trata do processo de titulação da área em benefício das comunidades quilombolas de Alcântara. Também será verificado se há no MPF/MA procedimento que investiga suposta ausência de licenciamento ambiental para o empreendimento da base aérea de Alcântara.

No dia 28 de junho de 2017, o Sr. Ministro da Defesa, compareceu a Câmara dos Deputados para participar de Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional<sup>1</sup> e quando questionado sobre os possíveis acordos para a utilização da Base respondeu que:

*“Quanto à questão dos Estados Unidos, penso tê-la esclarecido, mas me coloco à disposição do Deputado Patrus para respondê-la. Em relação a instalações de pesquisa e desenvolvimento, na verdade, o acordo que se fez está muito mais voltado para a área comercial. Eu posso lhe mandar isso, Deputado Patrus. Peço, inclusive, ao General Marcos que lhe envie, para que possa examinar e computar se é exatamente isso. Então, é muito mais voltado para que possamos ter acesso ao mercado deles, que é enorme. Evidentemente eles terão reciprocidade nesse sentido.*

*O Centro de Lançamento de Alcântara é outro ótimo tema para conversarmos. Em 2001, nós tivemos o projeto de Alcântara bloqueado. Havia uma série de reclamações e de restrições a respeito do acordo de salvaguardas feito com os Estados Unidos. Posteriormente houve um acordo com a Ucrânia, que terminou paralisado, gerando um contencioso, uma dívida. Enfim, essa é uma questão para ser resolvida, mas não está aqui posta.*

*Só que eu fui a Alcântara e tive duas sensações que quero compartilhar com os senhores: de alegria e de tristeza. Tive uma grande alegria ao ver como um país consegue montar uma estrutura daquelas, que talvez seja o melhor centro de lançamento do hemisfério sul, mas tristeza ao ver, ao mesmo tempo, que estava tudo paralisado”.*

---

<sup>1</sup> <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/audiencias-publicas/audiencias-publicas-realizadas-em-2017/28-06-apresentar-as-prioridades-e-diretrizes-da-politica-de-defesa-nacional>

Diante dessas colocações, solicito as seguintes informações:

- 1) Cópia do acordo que o Ministério da Defesa está propondo para a utilização da Base de Alcântara;
- 2) Este acordo será enviado ao Congresso Nacional para a sua análise?
- 3) Qual o papel que o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, desempenha nas atividades da Base de Alcântara?
- 4) Qual a relação do Ministério da Defesa com a Agência Espacial Brasileira e o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação?
- 5) Qual é o tamanho da área disponibilizada para a Base? Quais as atividades que estão sendo desenvolvidas atualmente na Base de Alcântara?
- 6) Existe a possibilidade de ampliação da área da Base? Qual a finalidade da ampliação?
- 7) Com quais países tem se estabelecido discussões sobre o uso da Base? E estas conversações estão em qual patamar ou estágio de desenvolvimento?
- 8) No caso de ampliação será necessário o deslocamento de moradores?
- 9) O Governo Brasileiro é signatário da Convenção OIT 169, onde prevê a consulta as comunidades que foram atingidas por empreendimentos. Está prevista a consulta a estas comunidades no caso da ampliação da Base? Qual o órgão do Governo Federal que irá realizar esta consulta?
- 10) Qual será o destino dessas famílias? Qual o órgão do Governo, que está responsável por esta remoção? Existe o levantamento do número de famílias que serão removidas? Se removidas, há um planejamento para seu reassentamento?
- 11) Na década de 80 foi realizado o reassentamento de 312 famílias que habitavam a zona central do centro de lançamento. Qual o órgão do Governo Federal que realizou o deslocamento dessas famílias? As famílias receberam indenizações? Houve o acompanhamento pelo Governo Federal desse reassentamento? Qual a situação dessas famílias atualmente?

Estamos certos de que estas informações serão importantes para a elucidação dos fatos.

Sala das Sessões, em            de setembro de 2017.

**PATRUS ANANIAS**  
Deputado Federal – PT/MG

**NILTO TATTO**  
Deputado Federal – PT/SP

**ZÉ CARLOS**  
Deputado Federal – PT/MA